

**A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA: um
estudo de caso do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da
Faculdade de Tecnologia Mário Robertson de Syllos Filho - *campus* de
Mococa/SP**

Ana Paula Bagaiolo Moraes Barbosa¹

Mirina Luiza Myczkowski Gomes²

Paulo de Tarso Oliveira³

RESUMO

O estudo que ora se apresenta tem por objetivo analisar, a partir do direito constitucionalmente previsto à educação e, ainda, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96), o contexto da educação superior tecnológica no estado de São Paulo exercida pelo Centro Paula Souza, verificando sua contribuição para a formação humana e o trabalho, ou seja, se o real exercício da cidadania tem sido viabilizado por seu intermédio. Para tanto, utilizou-se como referência a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia de Mococa/SP e o Projeto de Parceria interdisciplinar entre as matérias de Noções de Direito, Agricultura Familiar, a Casa da Agricultura de

¹ Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018), Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF (2023), Especialista pela Fundação Armando Álvares Penteado em Direito do Agronegócio (2010) e Graduada pela Faculdade de Direito de Franca (2008). Atualmente é professora e atua nas áreas de Direito Civil (com ênfase em Parte Geral, Obrigações, Família e Sucessões) e Direito do Agronegócio. E-mail para contato: apbagaiolomoraes@gmail.com

² Professora na Faculdade de Tecnologia de Mococa no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Curso Superior de Gestão da Tecnologia da Informação e Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Possui graduação em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP (2001), mestrado em Agronomia (Agricultura) pela Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP (2003) e doutorado em Agronomia (Agricultura) pela Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP (2006) com pesquisa desenvolvida em estágio de Doutorado na Università di Pisa - Itália no período de abril a dezembro de 2005. Tem experiência na área de Agronomia - Agricultura, com ênfase em pesquisa em Melhoramento Vegetal e na área acadêmica para o Agronegócio, com ênfase em Associativismo e Cooperativismo, Agricultura familiar, Cooperação e Redes de Empresas e Gestão Ambiental. E-mail para contato: mirina.gomes@fatec.sp.gov.br

³ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, graduação em Direito - Faculdade de Direito de Franca, graduação em Administração pelo Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF, mestrado em Direito pela UNESP, doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo - USP e Livre Docência em Psicologia - UNESP. Docente aposentado da UNESP, onde exerceu o magistério durante 25 anos, onde também foi Diretor da Faculdade de Ciências, humanas e Sociais - UNESP - campus de Franca-SP. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Desenvolvimento, Membro do Conselho Universitário, Assessor da Reitoria, tendo exercido a chefia de Gabinete do Reitor. Foi Secretário Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP). Foi também Secretário de Educação e Cultura do Município de Franca-SP. Foi, durante 10 anos, conselheiro do Conselho Municipal de Educação, Franca-SP, sendo seu presidente por 4 anos. Foi docente do curso de Direito da Faculdade Dr. Francisco Maeda, Ituverava-SP, tendo sido coordenador desse curso no período de 2004 a 2018. Foi docente de Cursos de Graduação do Uni-FACEF, sendo, ainda, Coordenador do Curso de Graduação em Psicologia, Vice-Reitor do Uni-FACEF, docente e Coordenador do Programa de Pós Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF. Atualmente, professor colaborador desse Programa de Pós-Graduação. Atuação acadêmica em área interdisciplinar, com ênfase principalmente nos seguintes temas: didática e responsabilidade social no ensino superior, direito educacional, psicologia jurídica e metodologia da pesquisa. É membro do Grupo de Estudos de Desenvolvimento Regional e do Grupo de Estudos Direito-Educação. E-mail para contato: ptarsoliveira@gmail.com

Mococa/SP, a Associação dos Produtores Rurais de Mococa (APRUMO) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) da cidade de Arceburgo/MG, a fim de inferir pela importância da extensão no ensino superior para fins de uma educação emancipadora e preocupada em atender a comunidade local, viabilizando, assim, seu desenvolvimento social e econômico. Este estudo concluiu que a prática extensionista bem articulada na educação superior tecnológica, tal como a do estudo de caso apresentado, serve tanto para quebrar a dualidade dessa categoria de ensino, assim como para aproximar a teoria e a prática na formação superior, além de, por fim, promover desenvolvimento para a comunidade local.

Palavras-chave: formação profissional e trabalho; direito educacional; extensão no ensino tecnológico.

EXTENSION IN TECHNOLOGICAL HIGHER EDUCATION: a case study of the Agribusiness Technology higher education course at the Mário Robertson de Syllos Filho Faculty of Technology - Mococa/SP *campus*

ABSTRACT

The study presented here aims to analyze, from the constitutionally provided right to education and also from the Law of Directives and Bases of National Education (LDB - Law No. 9.394/96), the context of technological higher education in the state of São Paulo exercised by the Paula Souza Center, verifying its contribution to human and labor training, i.e., if the real exercise of citizenship has been made possible through it. For this, we used as reference the Pedagogical Curricular Proposal (PPC) of the superior course of Technology in Agribusiness of the Technology College of Mococa/SP and the interdisciplinary Partnership Project between the subjects Notions of Law, Family Farming, the House of Agriculture of Mococa/SP, the Mococa Association of Rural Producers (APRUMO) and the Technical Assistance and Rural Extension Company (Emater) of the city of Arceburgo/MG, in order to infer the importance of extension in higher education for the purposes of an emancipating education concerned with serving the local community, thus enabling its social and economic development. This study concluded that the extensionist practice well-articulated in technological higher education, such as the case study presented, serves both to break the duality of this category of education, once designed for the maintenance of privileges and educational elites throughout history, as well as to approach theory and practice in higher education and, finally, promote development for the local community.

Key-words: vocational training and work; educational law; extension in professional education.

1 INTRODUÇÃO

A quota hereditária do colonialismo tem sido, até hoje, de alta conta para a formação dos brasileiros, haja vista que a educação elitista proporcionada não teve por objetivo promover inclusão e democratização do conhecimento, mas tão somente atender o capitalismo industrial, que demandava a formação técnica especializada para a melhora da produtividade e a eficiência da indústria pungente (Aranha, 2006), reforçando a condição social inferior da massa populacional, que dispõe apenas de sua força de trabalho, ao direcioná-la para um sistema educacional voltado para a empregabilidade e de pouca autonomia e tomada de decisões (Cordão; Moraes, 2017).

Diante desse dualismo do ensino, claramente voltado para camadas sociais diferentes (Aranha, 2006; Cordão; Moraes, 2017; Pair, 2005), infere-se que a formação profissional

veio, ao longo dos anos, atendendo aos interesses de certos segmentos vinculados ao poder econômico que, na recente história, precisou se reinventar, tendo em vista o surgimento de uma sociedade chamada por Pair (2005, p. 176) de “sociedade da informação e da comunicação”.

As referidas mudanças promovidas pela tecnologia não podem voltar atrás, transformando definitivamente e, ainda sem muitas projeções futuras para suas consequências, as relações de negócio, as relações jurídicas e, inclusive, interpessoais a partir da *internet* (Castells, 2003), o que faz nascer a necessidade de se repensar, sobretudo, a própria formação profissional, que já, sob essa nova realidade, não é mais apta a atender aos anseios do mercado de trabalho (Cordão; Moraes, 2017; Pair, 2005) e, tampouco tem promovido a emancipação do cidadão.

Além desse problema, mais um pode ser apontado: o fato de que as deficiências não estão apenas na formação profissional brasileira, mas também na formação geral e de base (Cordão; Moraes, 2015), realidade que se reflete no estudante que chega para a formação profissional, inviabilizando, assim, a concretização do preceito constitucional que objetiva a educação como sendo a qualificação para o trabalho com vistas ao pleno exercício da cidadania, nos termos do art. 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Em complemento, o Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2020) posicionou-se no sentido de que cada vez mais habilidades e competências precisarão ser desenvolvidas no mercado de trabalho, dentre elas as que se relacionam com uso e gestão da tecnologia, mas, sobretudo, o de uma consciência coletiva, do ser cidadão em um contexto de desigualdades, que vai para além de uma formação para atender às demandas do mercado de trabalho; portanto, esses indivíduos precisarão enxergar a realidade que os circunda e, mais do que isso, tornar-se aptos a serem sujeitos da mudança usando o trabalho e sua educação superior como forma de servir a sua comunidade.

Nesse contexto, a questão que se coloca é a seguinte: diante da nova dinâmica das relações de trabalho, onde estará o ensino tecnológico e seus discentes? A quais interesses essa educação serve?

Ora, sem essa reflexão do papel da educação profissional, não apenas olvida-se de assegurar a democratização do ensino e o trabalho digno como, ainda, inviabiliza-se o próprio crescimento e desenvolvimento econômico do País, que pode ser obtido a partir da dimensão bem aplicada do ensino, da pesquisa e da extensão, perpetuando, com isso, a realidade colonial de uma monocultura agrícola latifundiária voltada para a exportação (Prado Júnior,

2011), situação que só será possível de ser rompida a partir da emancipação brasileira pela educação voltada para os seus estudantes e, igualmente, a serviço da comunidade local pela atividade extensionista.

Diante dos presentes questionamentos, este estudo se propõe a compreender a estrutura e o sistema da formação profissional superior para, a partir disso, baseado nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, avaliar a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia “Mário Robertson de Syllos Filho”, *campus* de Mococa/SP.

A partir dessa análise, o estudo em questão se compromete a refletir sobre o atendimento à comunidade, em atenção ao Plano Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2018), que tem por base a concepção de que a Extensão Universitária deve ser caracterizada pelo trabalho coletivo a serviço da comunidade e acesso a cidadania efetiva do indivíduo, promovendo redução de desigualdades.

Para tanto, o parâmetro utilizado foi o trabalho desenvolvido de maneira interdisciplinar entre as matérias de Noções de Direito, ofertada aos discentes no 4º semestre, e a de Agricultura Familiar, eletiva do 5º semestre, que, associadas à Casa da Agricultura de Mococa/SP e, indiretamente à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) da cidade vizinha de Arceburgo/MG⁴, para compreender as questões jurídicas e de acesso às políticas públicas dos pequenos produtores pela regularização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), uma ferramenta que confere acesso a inúmeros benefícios do Poder Público aos pequenos produtores rurais e que ainda é de pouco conhecimento e divulgação entre os agricultores da região.

Pensando que a educação deve se apropriar da indissociável tríade do ensino, pesquisa e extensão, a fundamentação teórica e jurídica para a emissão das DAP deve servir não apenas aos discentes do curso de Agronegócio, mas igualmente à coletividade.

A hipótese de pesquisa deste trabalho é a de que, pela extensão e sua concretização nos cursos superiores de tecnologia, será possível, pelo serviço à comunidade, não apenas atender às necessárias competências e habilidades do estudante para o mercado do trabalho, mas também minimizar as desigualdades que a parcela da população carente sofre, além de trazer um ensino não apenas teórico, mas factível e aplicável à realidade, promovendo a

⁴ Afirma-se que a associação é indireta porque não foi possível criar um vínculo formal com a EMATER, porém o discente Antônio C. Andrielli do Curso superior de Tecnologia em Agronegócio, que contribuiu em todas as frentes da prática de extensão é profissional dessa Empresa, o que resultou em benefícios indiretos para essa instituição.

práxis que Paulo Freire (2013) descreve, pelas práticas educacionais voltadas para a conscientização e transformação do indivíduo, que passa a ser sujeito da sua própria história e da sua comunidade, cumprindo, portanto, com o propósito da extensão tanto para o discente quanto para a sociedade.

Para a consecução desse objetivo, a metodologia empregada conjuga uma pesquisa aplicada (buscando encontrar meios para aprimorar o ensino pela aplicação da extensão no ensino superior tecnológico), com procedimento bibliográfico a partir da leitura e fichamento de livros sobre o assunto, artigos de revistas, sites da Internet (oficiais e acadêmicos), jornais, e, ainda, documentos jurídicos, sobretudo da legislação; documentação direta a partir da pesquisa de campo realizada na FATEC de Mococa, em Projeto Interdisciplinar realizado na ministração das matérias de Noções de Direito e Agricultura Familiar do curso de Agronegócio, em parceria com a Emater de Minas Gerais, da cidade de Arceburgo. O objetivo é descritivo; e a abordagem, qualitativa (Lakatos; Marconi, 2003).

Para tanto, este estudo se divide em três partes, buscando em um primeiro momento analisar brevemente a atividade extensionista praticada na educação superior tecnológica, além de direcionar-se a olhar para a dimensão da extensão, um dos fundamentos da educação, que se sustenta também sobre o ensino e a pesquisa. Em seguida, analisar, sob o recorte da educação profissional superior, o papel do Centro Paula Souza, do Estado de São Paulo na formação do indivíduo para o exercício da cidadania e do trabalho. Finalmente, a partir desse referencial teórico, passa-se aos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo, assunto que se aborda com a análise do Projeto de Parceria entre as disciplinas Noções de Direito e Agricultura Familiar do curso de Agronegócio, em parceria com a Emater de Minas Gerais, da cidade de Arceburgo, da FATEC de Mococa/SP, que, juntamente aos discentes das disciplinas, difundiu os benefícios da regularização da DAP junto à comunidade de agricultores da região, esclarecendo e informando sobre as políticas públicas que seu cadastro proporciona para que, por fim, na discussão dos dados, seja possível inferir pela importância do trabalho de extensão junto à comunidade e, ainda, se é apta a trazer melhorias ao ensino superior profissional ante o propósito de uma educação emancipadora.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR PROFISSIONAL E A ATIVIDADE EXTENSIONISTA

No que diz respeito à educação profissional, o texto constitucional em seu art. 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece que a chamada qualificação para o trabalho e a

educação são elementos tratados de forma inequívoca: “Essa ‘qualificação para o trabalho’ está referenciado no inciso IV de seu art. 114 da mesma Constituição Federal como ‘formação para o trabalho’, e no art. 227 como ‘direito à profissionalização’, que deverá ser garantido com ‘absoluta prioridade’.” (Cordão; Moraes, 2017, p. 48).

A Lei nº 9.394/1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), estabelece em seu artigo 21 apenas dois níveis de educação, a saber: a educação básica, composta pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio; e a educação superior.

No que tange ao ensino profissional, foi reservado o Capítulo III da lei citada, que, por sua vez, foi regulamentado por polêmicos decretos que, em 2008, foram revogados pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou substancialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cordão; Moraes, 2017).

A discussão e a regulamentação da organização curricular dos cursos superiores de educação profissional foram permeadas por inúmeras discordâncias, desde os que acreditavam não se tratar de curso superior até os que pregavam pela sua conversão em curso de bacharelado, diante da alteração dos perfis profissionais dos concluintes (Cordão; Moraes, 2017), o que foi, então, encerrado da seguinte forma:

Finalmente, a organização curricular específica dos cursos superiores de educação profissional tecnológica foi aprovada na Câmara de Educação Superior, pelo Parecer CNE/CES nº 436, de 2 de abril de 2001, definindo mínimos de cargas horárias por área profissional. Essa aprovação abriu caminho para a conclusão dos trabalhos na Comissão Bicameral que, em 3 de dezembro de 2002, aprovou o Parecer CNE/CP nº 29, [...] o qual fundamentou a definição da Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, estabelecendo as diretrizes curriculares nacionais gerais para a oferta da educação superior em tecnologia, na qualidade de cursos superiores de graduação (Cordão; Moraes, 2017, p. 50).

Seguindo os anos 2000, foram instituídas, pela Resolução CNE/CEB nº1, de 21 de janeiro de 2004, as diretrizes nacionais para estágio supervisionado dos discentes em educação profissional e ensino médio, servindo, posteriormente, como parâmetro para a Lei do Estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Cordão; Moraes, 2017).

Posteriormente foram editados Resoluções e Pareceres com o objetivo de atualizar as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio para a educação técnica (Cordão; Moraes, 2017), que, embora seja parte importante da categoria da educação profissional, por não ser objeto de análise da presente pesquisa, não será esmiuçada.

Feito esse brevíssimo levantamento histórico-normativo de alguns dos mais importantes marcos normativos da educação profissional tecnológica, ainda resta uma

importante questão relacionada à herança da sociedade colonial e escravocrata brasileira no sentido de que a educação profissional seria cunhada para a população pobre, enquanto o trabalho decorrente das formações do bacharelado seria voltado para a elite.

Ainda que trabalhos manuais sejam fundamentais para a vida e para a economia, fato é que tais atividades sempre foram relegadas a um *status* inferior, consoante seguem explicando Cordão e Moraes (2017, p. 29), ao afirmarem que “essa herança colonial escravista e preconceituosa em relação ao trabalho ainda tem influenciado sensivelmente todas as relações sociais, com ênfase ainda maior na visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional para o trabalho”. Isso mostra o efeito dualista e fragmentário da educação, ao destinar a formação acadêmica às elites econômico-sociais, e reservar aos mais pobres uma formação profissional rápida para o ingresso no mercado.

Adentra-se, então, nos dias de hoje e no modelo normativo vigente, a fim de inferir se ele ainda é dualista ou se está em consonância com a perspectiva de cidadania cunhada pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988 e com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente no contexto neoliberal e de uma sociedade permeada pelas relações virtuais da rede mundial de computadores (Castells, 2003), que, por si só, demanda outro tipo de profissional.

Inferese-se que a formação profissional tinha, inicialmente, o objetivo assistencialista, voltado para a retirada de pessoas sem ocupação das ruas (Cordão; Moraes, 2017), passando, com o avanço da tecnologia no século XX, conforme ensina Aranha (2006, p. 258), a exigir “[...] a formação de técnicos especializados e, mais ainda, de uma organização do trabalho voltada para o aumento da produtividade, eficiência e eficácia”, o que resultou, segundo a autora, “[...] por se estender à escola quando, por volta da metade do século, a Escola Nova frustrou as esperanças nela depositadas” (Aranha, 2006, p. 258), marcando uma tendência tecnicista no ensino, adaptando a educação à mentalidade das empresas e aos seus próprios interesses (Cordão; Moraes, 2017).

Todavia, com as mudanças promovidas pela globalização, “O mundo do trabalho passou a requerer profissionais cada vez mais qualificados, em condições de interagir em ambientes profissionais complexos, em situações inusitadas ou inéditas, e em constante mutação” (Cordão; Moraes, 2017, p. 30), o que levou à necessária reflexão das estruturas do sistema educacional, “[...] exigindo que as instituições dedicadas à educação profissional adotem a pesquisa como base pedagógica importante e o trabalho como um dos seus mais relevantes princípios educativos” (Cordão; Moraes, 2017, p. 30-31).

Ora, como adequar essas novas demandas do mercado do trabalho, cunhadas pela globalização e pelas intensas relações tecnológicas e da informação com uma educação democrática, reflexiva, gratuita, acessível e nos moldes do art. 205 da Constituição, voltadas, assim, para o exercício da cidadania e do trabalho digno, sendo os interesses do mercado contraditórios ao da formação crítica idealizada pela Constituição Cidadã?

Com um recorte direcionado para a educação pensada para o trabalhador no mercado, dentro do contexto neoliberal, portanto diante de um enfraquecimento do Estado-Nacional⁵, seria possível, ainda, quebrar o dualismo histórico da formação profissional, decorrente da herança patrimonialista, escravocrata e colonial? Seriam esses interesses compatibilizáveis?

Trata-se a educação profissional vigente coerente a um projeto educacional emancipatório, apto para a formação do profissional cidadão como um projeto de sociedade democrática, equânime e justa, de acordo com os valores constitucionais mencionados? Seria esse, por um, um modelo de educação que conseguiria atender aos interesses do capital produtivo no mercado em geral?

Repensando a educação profissional, Cordão e Moraes (2017) trazem uma possível solução para ajustá-la de modo a recepcionar os formandos a uma instrução compatível com o trabalho hodierno, cada vez mais distante do trabalho formal e contextualizado à precarização, fluidez e distante do acesso aos direitos sociais previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (Antunes, 1999).

As respostas que conduzem à referida solução podem, em um primeiro momento, parecer razoáveis para um dos problemas apontados pela construção histórica da educação profissional, o do exclusivo tecnicismo dos formandos, porém se propõe apenas a mitigar o tecnicismo da formação discente, deixando, assim, de refletir sobre a absoluta prioridade na educação preconizada pelo art. 227 da Constituição com vistas ao “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), nos termos do art. 205 do mesmo diploma legal, que, prioritariamente privilegia o ensino para o exercício da cidadania, colocando, como segunda prioridade, o da qualificação para o exercício do trabalho.

Como exercer a cidadania em todas as suas dimensões de constituição de um indivíduo protagonista da sua história, do seu meio político e como defensor da justiça, tendo uma formação inclinada aos anseios de um mundo globalizado no contexto neoliberal, ainda

⁵ A esse respeito, uma análise mais aprofundada foi realizada nos trabalhos Moraes (2017) e Barbosa (2023).

que voltado para a tecnologia da comunicação e da informação, somente para ter um trabalho? E um trabalho que não coaduna com os direitos sociais celetistas pelos seus contornos atuais?

Para tentar responder a essas perguntas, promovendo a discussão entre o referencial teórico por trás da tríade cidadania, educação emancipadora e desenvolvimento e uma das instituições de ensino gratuito do estado de São Paulo, o Centro Paula Souza, passa-se a analisar como essa instituição tem promovido a formação profissional e, ainda, como as políticas públicas educacionais têm sido elaboradas a partir das dimensões do ensino previstas no art. 207 da Constituição Federal: ensino, pesquisa e extensão, dando, no presente trabalho, maior ênfase à última, e como ela, associada ao ensino superior tecnológico pode auxiliar na construção da cidadania.

3 O ENSINO TECNOLÓGICO NO ESTADO DE SÃO PAULO E O PAPEL DO CENTRO PAULA SOUZA NESSA CONSTRUÇÃO

Uma vez compreendida a importância da prática da extensão, passa-se a analisar sucintamente o papel do Centro Paula Souza, do estado de São Paulo para a formação de tecnólogos, observando, nessa oportunidade, sua relevância como instituição de ensino superior gratuita por intermédio das Faculdades de Tecnologia, as FATEC.

Tradicionalmente, no estado de São Paulo, a formação promovida pelo Centro Paula Souza é de amplo conhecimento na sociedade civil, tendo suas atividades iniciadas no ano de 1969, com o intuito de promover cursos superiores de tecnologia com duração de até três anos (Centro Paula Souza, 2024).

Embora coexistam com a rede dos Institutos Federais no estado de São Paulo como promotora de educação profissional superior de forma gratuita, este trabalho pretende investigar apenas as FATEC.

O Centro Paula Souza (CPS) tem natureza jurídica de autarquia do Governo do Estado de São Paulo, e era “[...] vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Presente em 345 municípios, a instituição administra 228 Escolas Técnicas (Etecs), 79 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais e 468 Classes Descentralizadas (unidades [...] sob a administração de uma Etec)” (Centro Paula Souza, 2024), atendendo “[...] mais de 91 mil alunos matriculados em 96 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras.” (Centro Paula Souza, 2024).

Na atualidade, a autarquia em questão passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ganhou, a partir de setembro de 2021, o *status* de instituto de tecnologia, atuando não apenas em pesquisa, mas podendo também realizar parcerias público-privadas para desenvolver novas tecnologias (Centro Paula Souza, 2021).

Legalmente passou a existir a partir do Decreto-Lei de 06/10/1969 (São Paulo, 1969), instrumento que criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) com a finalidade de viabilizar a formação de tecnólogos. Em 1970, houve a criação da unidade da cidade de Sorocaba/SP e, em 1973, além do início das atividades das faculdades de tecnologia, a alteração do nome para Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Centro Paula Souza, 2024).

O Centro Paula Souza se desdobra entre as Escolas Técnicas Estaduais, as ETEC, que oferecem cursos profissionalizantes de nível técnico, portanto voltado para o ensino profissionalizante de base, e as Faculdades de Tecnologia, as FATEC, direcionadas para os cursos superiores para a formação tecnológica, objeto de análise deste estudo. Todavia, para além dessas modalidades de ensino, disponibiliza também cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão (Centro Paula Souza, 2024), o que igualmente dialoga com o trabalho em tela.

Desde a década de 1990, com a transferência de inúmeras unidades de ensino para o Centro Paula Souza, a política adotada pela gestão foi no sentido de integrar todos os *campi*, uniformizando condutas, diretrizes, currículos e, assim, promovendo padronização entre as instituições dos mais diversos locais dentro do estado de São Paulo:

A integração também foi priorizada pela Unidade de Ensino Superior (Cesu) no segundo momento de expansão. Entre 2006 e 2008, foram abertas 27 Fatecs – mais de um terço do número atual. A Cesu promoveu a revisão dos procedimentos administrativos e acadêmicos junto com as faculdades e implantou processos de decisão mais participativos, favorecendo a uniformização. Os estudos para a unificação das matrizes curriculares igualmente avançaram no período. Com isso, os cursos ganharam padronização nas diferentes Fatecs e maior sintonia com as necessidades de formação superior para atender aos impactos da aceleração tecnológica a caminho. Tal evolução possibilitou a conquista de autonomia universitária, aprovada em 2011 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Assim, as Fatecs têm hoje competência para registrar diplomas, criar e extinguir cursos e ampliar vagas, como os centros universitários e as universidades (Centro Paula Souza, 2019).

Ademais, “[...] as coordenadorias de Ciência, Tecnologia e Inovação e Ensino Superior e o Centro Paula Souza passaram a compor uma nova secretaria, denominada Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação” (São Paulo, 2023), de maneira que os cursos de extensão promovidos pelo Centro Paula Souza passaram a ser vinculados aos programas

ligados a essa pasta, dentre os quais destacam-se o Observatório do Ensino Superior Paulista, o Programa NOVOTEC Expresso, o SP TECH, o NovoTec e o Classes Descentralizadas, que representam uma “[...] expansão das atividades do Centro Paula Souza em parceria com os municípios, consistindo na instalação de cursos profissionalizantes que atendam à demanda do mercado de trabalho local” (São Paulo, 2023).

Infere-se que esses programas vinculados ao Centro Paula Souza com vistas a promover a extensão pelo ensino tecnológico, caracteriza-se mais pela ampliação do acesso dos próprios cursos oferecidos pela instituição, promovendo a democratização do ensino ao mesmo tempo que propicia a difusão de conhecimento, realizando, portanto, um contato entre os docentes e a comunidade, mas não entre os discentes e a comunidade, frustrando, nesse ponto, a integração entre os saberes populares, a cultura e a graduação.

Insta observar, todavia, que as iniciativas são legítimas no sentido de propagação do conhecimento científico e tecnológico; todavia, seria suficiente para influenciar no processo formativo do educando? Diante dessa indagação, resta outra: seria possível, dentro da classificação das ações de extensão propostas pelo FORPROEXT (2015), cuja aplicação é voltada às redes federais de educação profissional, adaptar tais diretrizes para as realidades locais das unidades de ensino do Centro Paula Souza? Essa é a investigação que se propõe a realizar o estudo em tela.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se vale de um método multidimensional, aplicando conhecimentos jurídicos e pedagógicos a fim de investigar como a extensão no ensino profissional superior pode ser feita para além dos programas vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, aproximando a comunidade à instituição de ensino superior e, também, os seus alunos.

Ademais, sob a perspectiva da educação enquanto direito constitucionalmente previsto e para o exercício da cidadania, perquire-se sobre a educação profissional fornecida pelo curso superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia Mário Robertson de Syllós Filho, *campus* de Mococa/SP: se é pautada, em sua Proposta Pedagógica Curricular (PPC), pela consecução da extensão e atenção às necessárias competências e habilidades do estudante para o mercado do trabalho, cumprindo, assim, com o objetivo da extensão tanto

para o discente em formação quanto para a sociedade e, concomitantemente, preparando-o para o mercado de trabalho no cenário globalizado e neoliberal.

Para a consecução desse objetivo, a metodologia empregada conjuga uma pesquisa aplicada (buscando encontrar meios para aprimorar o ensino profissional pela aplicação da extensão no ensino superior), com documentação indireta a partir da análise da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio e, ainda, a documentação direta obtida pela pesquisa de campo realizada na Faculdade de Tecnologia Mário Robertson de Syllós Filho, *campus* de Mococa/SP, que executou um Projeto Interdisciplinar na ministração das disciplinas de Noções de Direito e Agricultura Familiar do curso de Agronegócio, em parceria com a Emater de Minas Gerais, da cidade de Arceburgo/MG. O objetivo é descritivo; e a abordagem, qualitativa (Lakatos; Marconi, 2003).

4.1 Tipo de pesquisa

Para testar a hipótese da pesquisa de que a extensão tecnológica nos cursos superiores de tecnologia pode servir à comunidade, promovendo desenvolvimento local e concomitantemente conferindo as necessárias competências e habilidades do estudante para sua profissionalização, transcendendo os cursos de extensão promovidos pelo Centro Paula Souza em Parceira com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, é feito “[...] levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem [...] através da pesquisa de campo” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 186).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 186), a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”, o que vai além da coleta de dados, que, na verdade, representa a segunda fase da pesquisa de campo e deve ser orientada por objetivos pré-estabelecidos.

Feito o levantamento bibliográfico prévio, que perscrutou o direito à educação enquanto exercício da cidadania, a educação profissional em seu contexto e sua dualidade que, conduzida pela dimensão extensionista pode ser transformada, passou ao exercício da extensão pelo Centro Paula Souza nas FATEC, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo para, assim, testar a possibilidade de realização, de acordo com as necessidades locais, de um trabalho junto à comunidade idealizado e executado pelos discentes do curso superior de Tecnologia em Agronegócio,

utilizando duas disciplinas: Noções de Direito e Agricultura Familiar, objetivando, assim, promover interdisciplinaridade para o atendimento das demandas dos pequenos agricultores da região em parceria com a Emater de Arceburgo/MG.

Para tanto, a escolha pela pesquisa exploratória se dá em virtude de observação participante, lembrando que o “[...] propósito desses estudos geralmente é demonstrar a viabilidade de determinada técnica ou programa como uma solução, potencial e viável; para determinados programas práticos” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 186), aliando-se, reitera-se, a análise da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio e o referencial teórico por trás do conceito e curricularização da extensão tecnológica, expressão cunhada pela FORPROEXT (2015). Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória descritiva que associa análise documental do tipo escrito e contemporâneo (Lakatos; Marconi, 2003).

Intenta-se, de forma secundária, inferir pela possibilidade de utilização da classificação, das áreas temáticas e das linhas de extensão elaboradas pela FORPROEXT (2015), ainda que direcionadas à rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, haja vista que os cursos superiores tecnológicos oferecidos pelo Centro Paula Souza são da mesma natureza.

4.2 Campo de estudo

O estudo se realiza em uma das unidades da FATEC, a do *campus* de Mococa/SP, Faculdade de Tecnologia de Mococa (Fatec Mococa), “[...] vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS), [que] foi criada pelo Decreto Estadual nº 48.434, de 07 de janeiro de 2004. Em 2005 ela recebeu o nome de Mário Robertson de Syllos Filho, conforme a Lei Nº 12.178/2005” (FATEC Mococa, 2023).

A referida instituição disponibiliza cinco cursos superiores de tecnologia, sendo eles: Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Empresarial, Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos (FATEC Mococa, 2023), além da categoria de ensino à distância para a Gestão Empresarial.

Em parceria com essa instituição de ensino, houve a atuação direta tanto da Casa da Agricultura de Mococa quanto da Associação dos Produtores Rurais de Mococa (APRUMO), o que foi possível graças à Professora Dr.^a Mirina Luiza Myczkowski-Gomes, que já dispunha desses vínculos em seu projeto de pesquisa em Regime de Jornada Integral junto ao Centro

Paula Souza, além de, indiretamente, contar com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) da cidade de Arceburgo/MG, empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo do Estado de Minas Gerais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, c2022), que se localiza geograficamente próximo da faculdade, a cerca de dezesseis quilômetros da cidade de Mococa/SP, facilitando, assim, o contato e a aproximação com os pequenos produtores rurais dessa região.

O estudo se realiza a partir da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da FATEC Mococa/SP (Barbosa, 2023), pela condução das disciplinas de Noções de Direito e Agricultura Familiar, mediadas pelo Grupo de Estudos do Agronegócio (GEA), que atuaram interdisciplinarmente e, por fim, dos produtos resultantes desses trabalhos, dois eventos realizados por intermédio da internet: “Declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)”, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, às 19h20 (FATEC Mococa, 2021a) e “PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como importante canal de comercialização da Agricultura Familiar”, ocorrida no dia 25 de junho de 2021, às 19h20 (FATEC Mococa, 2021b).

4.3 Coleta de dados e instrumentos da pesquisa

Em virtude de ser essa uma pesquisa exploratória, a descrição da atividade interdisciplinar e dos eventos resultantes dessa interação, se dá juntamente com a análise da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da FATEC Mococa/SP, do documento da FORPROEXT (2015) e do referencial teórico levantado.

Durante o primeiro semestre do ano de 2021, em virtude da pandemia mundial por COVID-19, uma das autoras do presente estudo, na condição de professora substituta da Faculdade de Tecnologia de Franca “Dr. Thomaz Novelino” na disciplina de Noções de Direito do curso de tecnologia em Agronegócio, no *campus* de Mococa/SP (Barbosa, 2023), assumiu o exercício da atividade de forma remota, porém, síncrona. Nesse modelo, os professores alteraram sua forma de trabalhar, adaptando-se às novas tecnologias e metodologias de ensino.

Desse modo, os cursos regulares da instituição passaram a oferecer o ERE [ensino remoto emergencial] a partir de 22 de abril de 2020 (Cintra; Porelli; Carolo, 2021, p. 277) e,

ainda, qualificação para o melhor uso dessas ferramentas em todo o ambiente escolar, sendo nesse contexto que as aulas na FATEC de Mococa foram realizadas.

A turma de alunos da disciplina do 4º semestre de Noções de Direito era composta por sete discentes, que, na aula inaugural, se apresentaram, trouxeram um pouco do seu contexto de vida e de estudos, mostrando-se um grupo pequeno, porém heterogêneo, com quatro homens e três mulheres, todos com alguma relação direta ou indireta com a qualificação profissional buscada no curso superior de Tecnologia em Agronegócio.

Dentre os alunos, três eram pequenos produtores rurais, um trabalhava na Emater e buscava uma segunda formação, e os demais eram alunos mais jovens que estavam buscando sua primeira graduação, sendo que uma delas tinha familiares que produziam verdura na cidade de Mococa.

Ao descreverem seus contextos de vida e trabalho, surgiu uma demanda por parte especialmente dos alunos vinculados ao trabalho agrícola: a de que os pequenos produtores estavam se sentindo desamparados pela restrição de convívio social, que estavam com dificuldade de escoar suas respectivas produções e que estavam, ainda, pela limitação do funcionamento das Casas da Agricultura da região, assim como da Emater, desorientados sobre como receber algum tipo de auxílio governamental, sentindo-se distantes da cidade e de um contexto acolhedor para suas demandas.

Foi nesse momento que o discente que trabalhava na Emater de Arceburgo/MG pontuou, igualmente, sobre suas dificuldades de acesso a muitos dos pequenos produtores rurais da região, sobretudo pelo pouco acesso à internet que eles tinham. Relatou que muitos não estavam conseguindo seus benefícios governamentais justamente por estarem com suas respectivas Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) em situação irregular, desatualizadas ou, ainda, que nunca se prestaram a fazê-las, mesmo que se enquadrassem nessa condição, por medo ou desconhecimento, e que, em virtude da pandemia, tal situação se agravava.

Feito esse relato, os demais colegas alegaram desconhecer essa declaração e os requisitos para poderem fazê-la, trazendo, para a aula, a oportunidade de esclarecer sobre esse direito e os demais que dele decorriam, que, em poucas palavras, é o documento que representa aos pequenos agricultores o acesso a inúmeras políticas públicas da agricultura, permitindo o recebimento de créditos com juros diferenciados (linhas de crédito do PRONAF), acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional

Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a Garantia Safra, Seguro Agrícola, dentre outros.

Nesse instante, foi detectada a necessidade por parte da comunidade mais carente e produtora rural da região da FATEC, motivando os alunos a difundir essas informações a fim de que, durante os breves horários de atendimento da Casa do Agricultor no estado de São Paulo e da Emater no estado de Minas Gerais, os agricultores pudessem regularizar ou até mesmo realizar seu primeiro cadastro para a obtenção da DAP.

A fim de melhor compreender essa demanda e, inclusive, ter mais proximidade com esse público, analisando as disciplinas ofertadas pelo curso de Tecnologia em Agronegócio, vislumbrou-se a matéria eletiva de Agricultura Familiar, o que levou ao contato com a professora que ministrava essa disciplina na época para que, assim, fosse possível pensar, de maneira interdisciplinar, ferramentas para informar e auxiliar os agricultores familiares.

Foi assim que surgiu a proposta inicial do trabalho de extensão realizado junto aos alunos (Barbosa, 2023), cujo teor se transcreve parcialmente para facilitar a análise:

O presente projeto tem por objetivo mobilizar os alunos do 4º Semestre do curso de Tecnologia em Agronegócio a atuarem juntamente à comunidade local informando sobre a importância da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), bem como as políticas públicas que se tornam acessíveis a partir de sua obtenção junto ao EMATER – quando o agricultor estiver sediado no estado de Minas Gerais – ou junto à Casa do Agricultor – quando o agricultor estiver sediado no estado de São Paulo.

Tendo em vista a localização da FATEC Mococa próxima ao estado de Minas Gerais, as informações sobre esse cadastro do agricultor familiar serão prestadas para ambos os Estados, frisando as peculiaridades que cada um tenha para a sua realização, beneficiando, assim, a região de Mococa.

Tal iniciativa tem por principal função aproximar os alunos da FATEC Mococa da comunidade agrícola local, prestar informações relevantes para o seu desenvolvimento e implemento da agricultura familiar, além de prospectar potenciais alunos para a faculdade a médio e longo prazo (Barbosa, 2023, p. 99-101).

Inicialmente, a proposta era no sentido de aproveitar que uma das discentes do curso, radialista de uma rádio local comunitária, auxiliasse na propagação das informações, já que se tratava de uma rádio muito ouvida pelos produtores da região.

Além de auxiliar na divulgação das informações sobre a DAP, enquadramento jurídico e benefícios, os discentes da disciplina de Noções de Direito seriam, ainda, incumbidos de realizar um levantamento acerca da situação cadastral de agricultores, dados que eram disponibilizados por meio do Ministério da Agricultura e de livre acesso, para que, assim, fosse possível saber melhor sobre o público alvo de regularização da DAP e potenciais produtores que poderiam se beneficiar das políticas públicas decorrentes dessa Declaração.

A fim de buscar apoio institucional para esse trabalho extensionista, foi apontado um benefício a médio e longo prazo: o da própria divulgação do curso de Tecnologia em Agronegócio, oportunizando que essa população carente tivesse acesso à formação e pudessem, com isso, profissionalizar sua atividade agrícola-familiar.

Nesse ínterim, surgiu a parceria entre as docentes das disciplinas de Noções de Direito e Agricultura familiar (Barbosa, 2023), criando-se, com isso, novo desdobramento para os levantamentos da situação cadastral da DAP: o de identificação de produtores rurais do Município para um melhor mapeamento da agricultura familiar, viabilizando um cadastro de esfera municipal para ampliação do suporte das famílias produtoras.

Algumas dificuldades foram enfrentadas no percurso, tais como a obtenção de alguns dados sensíveis, que frustraram em parte o cadastro pretendido em virtude do advento da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, aprovada em agosto de 2018 e com vigência a partir de agosto de 2020, assim como a mobilização dos pequenos produtores por intermédio da rádio local, mas tais óbices foram superados pelos próprios alunos, que se valeram da confecção de vídeo curto sobre a DAP, com roteiro, texto e realização dos discentes, veiculado por meio do WhatsApp.

Os resultados foram notórios, especialmente porque detectada a facilidade de utilização da plataforma mencionada, ainda que por dados móveis, nos locais onde a rede da internet não era tão acessível.

Muito importante foi a realização das *lives* sob intermédio do YouTube da FATEC de Mococa. Para a realização desses eventos, os discentes fizeram o roteiro para a apresentação, encabeçada pelo aluno e profissional da Emater de Arceburgo/MG, Antônio C. Andrielli e mediada pelas professoras das disciplinas vinculadas a essa ação extensionista, além dos cartazes para divulgação (Barbosa, 2023, p. 96-97), publicidade por meio de suas próprias redes sociais, interação, participação e elaboração de perguntas durante os eventos e, por fim, auxílio na divulgação dos vídeos gravados com as *lives* entre os amigos e produtores da região.

Os eventos abordaram os seguintes assuntos: a DAP (2021) e o PNAE (2021), todos com o objetivo de informar a comunidade acadêmica e externa, contando esses vídeos, cada um, com mais de cem visualizações.

Há que se ressaltar que a docente da disciplina de Agricultura Familiar, a professora Dr.^a Mirina Luiza Myczkowski-Gomes, viabilizou os contatos tanto com a Casa da Agricultura quanto com a APRUMO em virtude de sua parceria pré-existente com essas

organizações, já que seu vínculo junto ao Centro Paula Souza é o de docente em Regime de Jornada Integral (RJI), permitindo, com isso, tal aproximação para a coleta dos dados e as visitas a esses produtores (Braga, 2022), ainda que de forma mais restrita, em virtude do período pandêmico em que o desenvolvimento desse projeto ocorreu.

Outros desdobramentos puderam ser aferidos, dentre eles o trabalho interdisciplinar entre os docentes da FATEC Mococa e, ainda, entre os seus diversos cursos, de acordo com a parceria entre os professores da área de informática do *campus* para a elaboração de um sistema que viabilizasse o armazenamento e registro dos dados obtidos correspondentes às DAPs ativas, expiradas e canceladas, possível graças ao trabalho inicial supramencionado dos discentes da disciplina de Noções de Direito do curso superior de Tecnologia em Agronegócio, que realizaram esse levantamento. Houve nítido fortalecimento de vínculos entre docentes de áreas distintas e alunos, resultando em benefício da extensão tecnológica.

Nessa esteira foi a apresentação dos resultados do Projeto da Professora Dr.^a Mirina Luiza Myczkowski-Gomes, conforme se demonstra abaixo:

Outra atividade importante foi o Mapeamento da Agricultura Familiar do município de Mococa em parceria com a Casa da Agricultura, identificando os produtores com essa característica. Para a realização deste mapeamento houve a coleta de dados por meio de extratos da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, em pontos de revenda de insumos agrícolas entre outros e realizadas visitas individuais aos para o auxílio nas melhorias de produção e comercialização. Esse mapeamento é inédito no município e é de interesse de instituições públicas e privadas ligadas ao agronegócio pois irá gerar o cadastro municipal de agricultores familiares de acordo com os resultados encontrados, dando a possibilidade de aplicação de estratégias para melhorias no setor. É importante destacar que o desenvolvimento deste trabalho contribui para o desenvolvimento econômico regional, além de que está totalmente de acordo com estudo vinculado a uma demanda de setores da economia local e está trazendo reconhecimento externo da instituição perante a comunidade em que estamos inseridos além de estar contribuindo para a qualificação profissional dos produtores e demais envolvidos trazendo muitos benefícios econômicos e sociais (Braga, 2022, p. 201).

Assim, com base nos dados levantados e posteriormente armazenados e sistematizados pela ferramenta desenvolvida pelos professores de informática, foi possível identificar e mapear com maior clareza o público-alvo para o qual o Projeto “Contribuições para o crescimento do agronegócio local por meio do fortalecimento de pequenas propriedades rurais e do incentivo ao desenvolvimento sustentável no município de Mococa – SP” (Braga, 2022, p. 201) se destina, resultando em efetivo auxílio, apoio e profissionalização dessas atividades familiares.

Mais uma demonstração dos efeitos decorrentes da atividade extensionista em tela é o da participação de uma discente, que então cursava o 4º período do curso superior de Tecnologia em Agronegócio, em trabalho de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e

Inovação, com o projeto “Auxílio no Mapeamento da Agricultura Familiar para elaboração de um cadastro municipal em Mococa – SP”, posteriormente apresentado no 9º Congresso Tecnológico da Fatec Mococa sob o título “Contribuições para o desenvolvimento da agricultura familiar em Mococa-SP” (Marino; Franzoni; Myczkowski-Gomes, 2022).

Dentre os benefícios identificados no presente estudo, portanto, destacam-se as visitas aos produtores, envolvimento discente na produção acadêmica relevante para a pesquisa científica na graduação, conhecimento da realidade local para elaboração de estratégias para a profissionalização do segmento e formação de profissionais conscientes da realidade da agricultura familiar, dentre muitos outros que podem aparecer indiretamente, como o fortalecimento das relações com a Casa da Agricultura e com a APRUMO, e, sobretudo, para o próprio desenvolvimento agrícola local.

Deduz-se que o trabalho trouxe informação relevante para o público-alvo da ação extensionista, além de alimentar a Casa da Agricultura, a FATEC de Mococa e a Emater com dados a partir do mapeamento realizado pelo trabalho de pesquisa desenvolvido pela Professora Dr.^a Mirina Luiza Myczkowski-Gomes (Braga, 2022), enfatizando, nesse sentido, que a parceria com a Emater de Arceburgo/MG se deu a partir da participação de discente do curso, que também era profissional da mencionada empresa, resultando, assim, em mais desdobramentos indiretos dos benefícios vislumbrados por essa atividade.

Acrescente-se ainda que essa prática trouxe uma nova noção cívica e consciência das necessidades locais por parte dos discentes, cuja formação superior foi enriquecida com experiências e perspectivas de trabalho diferenciadas.

Apesar de todos os apontados benefícios que essa ação extensionista, em especial, pôde promover, ao fazer a análise da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso superior de Tecnologia em Agronegócio da FATEC Mococa/SP, inferiu-se pela não existência de previsão de nenhum trabalho específico, à época, voltado para esse propósito (Barbosa, 2023).

4.4 Análise dos dados

Iniciando pelo dualismo historicamente existente entre o ensino superior do bacharelado e do ensino tecnológico que se intentou romper ao longo da história, é possível afirmar que tais diferenças poderão ser superadas ante os desafios que se colocam para os profissionais formados em tecnologia pela globalização e pelo neoliberalismo, que não tolera

mais profissionais que sejam meros executores, exigindo novas habilidades e competências que demandam a reinvenção do sistema de ensino.

Todavia, enquanto esse tipo de educação servir apenas aos interesses do mercado de trabalho e da empregabilidade, sem um aluno que seja crítico e pensante, sujeito de sua própria história, a sociedade estará formando não cidadãos, mas trabalhadores na conjuntura da precarização das relações trabalhistas, inaptos, portanto, a promoverem transformações sociais necessárias para o desenvolvimento do País.

Ainda a esse respeito, Marçal e Oliveira (2012, p. 88), afirmam que “o trabalho no capitalismo é alienador e mutilador da vida, pois ele, assim como a propriedade, desloca a centralidade do valor de uso para o valor de troca, com o fim de gerar mais lucro ao capital”, e, embora o presente estudo não se fundamente no embate marxista entre capital e trabalho, não pode conceber a formação humana pela educação divorciada dessas questões.

Assim, refletindo a educação a partir do sistema educacional posto e da cidadania prevista constitucionalmente pelo Estado Democrático de Direito, é preciso pensar no trabalho e na formação humana sob novos horizontes: o da indissociabilidade da educação como ensino, pesquisa e extensão, porque é esta última dimensão que trará ao estudante a perspectiva de vida em sociedade, de desigualdade, de transformação social pelo trabalho não exploratório e individual, mas o trabalho como princípio formativo.

Uma das dúvidas levantadas foi a de como promover melhorias no ensino profissional, transformando-o em uma modalidade de ensino superior apta a fazer estudantes críticos, exercentes da cidadania e agentes de mudanças sociais?

A educação superior, mesmo a tecnológica, divorciada da realidade existente fora dos muros das instituições não forma um cidadão, mas apenas um trabalhador, aquele que não tem uma visão de coletividade, bem-estar social e bem comum (Rovati; D’Ottaviano, 2017, p. 23).

Desta feita, a materialização da aproximação entre instituição de ensino superior e comunidade se faz urgente.

Demonstrada a necessidade e a urgência da extensão para a promoção de uma educação cidadã e alinhada aos objetivos constitucionais, a dúvida remanescente é a seguinte: seria a extensão possível na educação superior profissional? Se sim, como fazê-la?

O embate sobre a viabilidade da extensão na educação superior profissional se mostra superado pela leitura do documento cunhado pela FORPROEXT (2015), ao traçar diretrizes e caminhos possíveis para a aplicação da extensão tecnológica. Destaca-se que o referido instrumento não teve o intuito de engessar práticas, até porque o diálogo e as demandas das

comunidades mudam de acordo com os contextos geográficos das instituições de ensino superior; mas apontar um norte a ser seguido se faz preciso, especialmente quando a prática ainda não é uma cultura consolidada.

O levantamento bibliográfico trouxe, ainda, luz para a interdisciplinaridade como ferramenta para atender aos anseios da comunidade, e os frutos colhidos pela sua prática dissociada de um mero assistencialismo, o que significa envolver discentes, docentes, movimentos sociais e saberes outros para a geração de conhecimento, ciência e melhores condições de vida para os hipossuficientes da localidade.

O Centro Paula Souza, conforme desenvolvido ao longo do trabalho, prevê a extensão em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, contudo são práticas que aproximam apenas os professores e a instituição da comunidade, deixando de lado até então os seus próprios discentes da realidade à qual sua comunidade está sujeita.

O esforço da presente investigação se deu no sentido de demonstrar que projetos de extensão demandam, sim, muito trabalho, nem sempre é possível se realizarem da maneira como originalmente concebidas, mas que, pelo diálogo com os alunos e com a realidade local, pode-se pensar em estratégias que viabilizem o desenvolvimento local mesmo em meio a tantas restrições, inclusive aquelas impostas pela pandemia.

O primeiro passo é enxergar a extensão não mais como desafio, mas como oportunidade, mobilizando professores e alunos a refletirem sobre como a sua formação pode contribuir e, simultaneamente, se beneficiar, do diálogo com a comunidade, o que demanda, sem dúvida, o envolvimento desses fazeres não apenas da instituição de ensino superior, mas de seus alunos, o que vai além da previsão do estágio como componente curricular complementar.

Ao conceber a extensão como oportunidade, todos se beneficiarão, inclusive as dimensões de ensino e pesquisa, cuja concretização, conforme ensina Paulo Freire (2013), promove a verdadeira práxis e uma educação integral da pessoa.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo inferiu pela concretização da hipótese de pesquisa levantada, qual seja, a de que é possível ter, na formação profissional superior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no ensino superior profissional, e que, a partir dela, será

possível formar pessoas não apenas para o mercado de trabalho, mas para o exercício da cidadania, permitindo que o profissional seja consciente das desigualdades, da pobreza, da miséria e da realidade que está em torno dos prédios das universidades e das faculdades.

Trata-se ainda de uma prática difícil de implementar por não ser ainda culturalmente aceita entre professores e alunos; todavia, conforme demonstrado pelo projeto desenvolvido na FATEC de Mococa, quando os desafios são transformados em oportunidades, beneficia-se o ensino, a pesquisa e a sociedade atendida, promovendo, assim, desenvolvimento regional e formando aptos a serem sujeitos de sua própria história e da história de seu país.

Deduz-se ainda que, pela tríade ensino, pesquisa e extensão, o ensino tecnológico superior poderá, ao formar cidadãos, quebrar com a lógica dualista histórica mencionada ao longo do presente estudo, haja vista que a formação de indivíduos com o objetivo único de promover empregabilidade a serviço do mercado de trabalho (mercado este orientado em regra para os interesses externos) se desmantela quando os discentes passam a enxergar e mudar sua realidade local, servindo e aprendendo, por intermédio da extensão, àqueles que são socialmente e economicamente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6a ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Ana Paula Bagaiolo Moraes. **A educação superior tecnológica no estado de São Paulo pelo Centro Paula Souza e o papel da extensão para o exercício da cidadania e desenvolvimento local**: um estudo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade de Tecnologia “Mário Robertson de Syllos Filho”, campus de Mococa/SP. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário Municipal de Franca UNI-FACEF, Franca, 2023.

BRAGA, Washington Luis Moreira *et al.* [Anais...]. V MOSTRA DE TRABALHOS DOCENTES EM RJI 2021. Mococa: Fatec Mococa, 2022. Disponível em: <https://www.fatecmococa.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/VERSAO-FINAL-ANAIS-V-MOSTRA-DE-TRABALHOS-DOCENTES-EM-RJI-2021.pdf>. Acesso em 15 fev. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **D.O.** 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CENTRO PAULA SOUZA. Centro Paula Souza é reconhecido como ICT. 11 set. 2021. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/cps-e-reconhecido-como-instituto-de-ciencia-e-tecnologia-ict/>. Acesso em: 16 set. 2021.

CENTRO PAULA SOUZA. **Funções e Competências**. 05 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CENTRO PAULA SOUZA. 50 anos de formação profissional. **Revista do Centro Paula Souza**. São Paulo, Ano 13, n. 72, p. 6-10, set. out. 2019. Disponível em: <https://bkpsitecpsnew.blob.core.windows.net/uploadsitecps/sites/1/2020/06/72-edicao-72-setembro-outubro.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CINTRA, Sílvia Beltrane; PORELLI, Ana Beatriz Gasquez; CAROLO, Adriana Lúcia. Centro Paula Souza em tempos de Pandemia: relato de experiência. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 62, p. 274-282, 13 out. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4228>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Editora Senac, 2017.

DAP. Mococa: Fatec Mococa, 2021. Son., P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K8HQRpALmNY>. Acesso em: 20 set. 2021.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER). **Empresa**. c2022. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=3. Acesso em 04 fev. 2023.

FATEC Mococa. **Declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)**. 2021a. Disponível em: <https://www.fatecmococa.edu.br/?p=5392>. Acesso em 30 jan. 2023.

FATEC Mococa. **PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como importante canal de comercialização da Agricultura Familiar**. 2021b. Disponível em: <https://www.fatecmococa.edu.br/?p=5522>. Acesso em 30 jan. 2023.

FATEC Mococa. **Quem somos**. 2023. Disponível em: https://www.fatecmococa.edu.br/?page_id=19. Acesso em: 02 fev. 2023.

FORPROEXT. XIII FORPROEXT – Contribuições. Fórum de pró-reitores de extensão ou cargos equivalentes das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2015. [S. l.] Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/ensino-pesquisa-e-extensao/extensao/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf/view>. Acesso em 02 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARÇAL, Fábio Azambuja; OLIVEIRA, Guilherme Brandt de. Inquietações sobre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia que desafiam a educação profissional. *In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (org.). Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Tekne, 2012.

MARINO, Fernanda; FRANZONI, Mariana Rejane; MYCZKOWSKI-GOMES, Mirina Luiza. Contribuições para o desenvolvimento da agricultura familiar em Mococa-SP. *In: IX Congresso de trabalhos de graduação Faculdade de Tecnologia de Mococa, 2022, Mococa. Anais [...] . Mococa: Fatec Mococa, 2022. v. 1, p. 1-8*. Disponível em: <https://congresso.fatecmococa.edu.br/index.php/congresso/article/view/400/119>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MORAES, Ana Paula Bagaiolo. Globalização, migração e o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) frente ao setor de serviços. **Jus Aequalis - direito contemporâneo in foco**. Campo Grande: Ekos, v.1, p. 25-45, 2017.

PAIR, Claude. A formação profissional, ontem, hoje e amanhã. *In: DELORS, Jacques (org.). Tradução de Fátima Murad. A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 172-186.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ROVATI, João; D’OTTAVIANO, Camila. Os territórios da extensão universitária. *In: D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas.** 6 out. 1969. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/72563>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **O que fazemos.** 2023. Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/institucional/o-que-fazemos/>. Acesso em 02 fev. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Jobs of tomorrow:** mapping opportunity in the new economy. 22 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/jobs-of-tomorrow-mapping-opportunity-in-the-new-economy>. Acesso em: 23 jul. 2020.